

Comitê reduz acesso a empréstimos

A.M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — O comitê interino do Fundo Monetário Internacional decidiu, na madrugada de ontem, por grande maioria, mas sem a desejada unanimidade, reduzir o acesso de seus 146 membros aos recursos da instituição. Em vez de 150% da cota, em 1984 os membros só poderão obter empréstimos que variam de 102% a 125% da cota, anualmente, pelo período de três anos, até um máximo cumulativo de 407% e 500%. A nova orientação entrará em vigor quando se efetivar o aumento geral das cotas — de 47,5%, em média — que foi decidido em fevereiro deste ano, mas que ainda não foi ratificado pela maioria dos membros.

O menor acesso resultou principalmente da pressão dos Estados Unidos, cujo secretário do Tesouro, no almoço de anteontem dos ministros das Finanças que participam do comitê, ameaçou não retornar à reunião, à tarde, se fizessem sobre ele demasiada carga para que modificasse sua posição. Donald Regan queria que o novo acesso fosse de apenas 102% ao ano, mas ministros europeus conseguiram convencê-lo a aceitar 125% em casos excepcionais.

A reunião começou de manhã, atravessou a tarde e, à noite, após a recepção oferecida pelo FMI e pelo Banco Mundial aos participantes da 38ª assembleia anual, os 22 ministros de Finanças que participam do comitê ainda tiveram de jantar juntos para ver se conseguiram chegar a um consenso. Perto da meia-noite, eles emergiram da sala de jantar com a decisão que supostamente teria recebido o apoio — ainda que não entusiástico — de todos. Reuniram-se então com seus assessores na sala de conferências e o chairman do comitê, o belga Willy de Clercq, chegou a cumprimentar os participantes por terem resolvido uma difícil questão.

Foi aí que o ministro das Finanças da Índia, Manmohan Singh, pediu a palavra para dizer que acabara de consultar seu governo e que a chamada "solução de compromisso" lhe era inaceitável. China, Argélia e Zimbábwe juntaram o seu desacordo ao do ministro indiano, para espanto dos demais.

O chairman ainda fez um esforço para extrair o consenso dos ministros. A reunião foi interrompida para que as autoridades distraíssem os ânimos, mas quando voltaram a debater o assunto, Índia, China e Argélia permaneciam irredutíveis. O ministro francês, Jacques Delors havia-se retirado logo após o jantar e seu suplente, Michel Candessus, propôs que a decisão fosse reexaminada pelo comitê interino, mas o ministro alemão, Gerhard Stoltenberg, observou que estavam reunidos há dez horas e que ninguém iria modificar substancialmente sua posição.

As decisões do FMI são sempre

consensuais e rompimentos públicos como o que se viu ontem de madrugada são extremamente raros, segundo experientes observadores da instituição. Mas o poder de voto dos países discordantes não era suficiente para impedir que a decisão do comitê prevalecesse e, assim, os Estados Unidos conseguiram uma vitória parcial, embora isso tenha custado ao seu secretário do Tesouro a hostilidade de muitos participantes.

SIGNIFICADO

Para avaliar-se o alcance da decisão que o comitê interino tomou, é bom examinar o exemplo do Brasil. A cota do Brasil no FMI é de 997,5 milhões de Direitos Especiais de Saque (DES), a moeda escritural do organismo, que vale aproximadamente 1,05 dólar. Com o aumento geral e seletivo das cotas aprovado em fevereiro, mas ainda não ratificado, a cota do Brasil passaria, a partir do final deste ano, a mais de 1,46 bilhão de DES.

Desde 1980, os membros do FMI podem usar a chamada política de acesso ampliado, que lhes permite obter empréstimos na linha de crédito ampliada, equivalente a até 150% da cota, por ano, e 450% em três anos. Em circunstâncias especiais, esse acesso pode atingir cumulativamente 600% ou mais da cota, sem contar a disponibilidade de empréstimos em outras linhas de crédito, como a compensatória e a destinada à formação de estoques reguladores. O uso cumulativo ocorre quando o país, que ainda não terminou de saldar compromissos assumidos com o FMI, pede outros empréstimos.

É preciso notar que a política de acesso ampliado foi adotada provisoriamente, até que o oitavo aumento geral de cotas se efetivasse. Agora o comitê interino resolveu manter em 1984 a política de acesso ampliado, mas não as proporções do acesso e, a partir de 1985, toda a política será revista anualmente.

De acordo com a resolução, em 1984 o acesso dos recursos do FMI estará sujeito aos limites anuais de 102% e 125% da cota; aos limites, para três anos, de 306% e 375%, e limites cumulativos de 408% e 500% da cota, "dependendo da seriedade das necessidades de balanço de pagamentos e do empenho no esforço de ajustamento" (do país).

Mas, como acontece agora, a diretoria executiva reterá a prerrogativa de aprovar empréstimos contingentes ou ampliados superiores aos limites em circunstâncias excepcionais. O comitê não conseguiu chegar a uma conclusão em torno do acesso às linhas especiais (como a compensatória, que o Brasil utilizou no ano passado e este ano), embora alguns países queiram reduzir suas proporções para 68% e 85%.

No caso do Brasil, se o FMI mantivesse o acesso em 150% da cota por ano, com o aumento geral e seletivo previsto de 46,5% da cota brasileira

(aumento este um pouco menor do que a média) o País teoricamente poderia obter do FMI, em três anos, mais de 6,5 bilhões de Direitos Especiais de Saque exclusivamente da linha de crédito ampliada. Isto é, 450% da nova cota prevista de 1,46 bilhão de DES.

Mas o acesso não será de 150% da cota, anualmente. Será de 102% a 125%. Assim, apesar do aumento do valor da cota brasileira de 997,5 milhões para 1,46 bilhão de DES, o montante absoluto que o Brasil poderia receber seria 7% inferior, no caso de um acesso de 102%, e 22,1% superior ao atual, no caso de o acesso equivaler a 125% da cota.

Fontes da delegação francesa disseram na madrugada de ontem que o Brasil seria um dos países que teriam direito a acesso de 125%. O de 102% seria reservado a países industrializados que têm cota bem maior ou para países que estão menos necessitados. A verdade, porém, é que um país rico como a Alemanha Ocidental não perde em termos absolutos nem mesmo com um acesso de apenas 102%. Na verdade, ganha 13,3%, no mínimo, dentro do novo esquema, porque sua cota aumentou 47,1% com a última revisão, que deve ser posta em prática no próximo ano.

Do mesmo modo, ganharam Bélgica, Arábia Saudita, Bahrein, Áustria, Botswana, Cabo Verde, Dinamarca, Emirados Árabes Unidos, Espanha, França, Gabão, Irã, Iraque, Irlanda, Ilhas Salomão, Itália, Líbia, Japão, Jordânia, Kuwait, Líbano, Luxemburgo, Malta, Nigéria, Noruega, Omã, Países Baixos, Panamá, Qatar, Seicheles, Cingapura e Suécia.

Para todos esses, o valor de sua cota aumentará mais do que a média de 47,5%, porque o valor relativo de suas economias cresceu no mundo. Assim, o que poderão retirar de empréstimos, em termos absolutos, será maior do que com 150% de acesso com base no valor da antiga cota. Todos os outros perdem em valor absoluto na primeira hipótese de acesso normal de 102%, até mesmo os Estados Unidos, os pais da idéia. Com acesso de 125% só a Camboja (Camboja) perde em termos absolutos, em relação à cota anterior.

PARCIMÔNIA

Como se sabe, o secretário do Tesouro Donald Regan argumentou com tenacidade contra a manutenção do esquema anterior, alegando que recursos escassos teriam de ser usados com parcimônia. Se houvesse usado a mesma energia para resolver a crise da dívida externa, ela provavelmente já teria desaparecido.

A comunidade internacional, agora, espera que demonstre o mesmo vigor na tentativa de conseguir que o Congresso dos Estados Unidos aprove o aumento de cotas do FMI, sem o que uma nova crise poderá verificar-se na instituição, já às voltas com sérios problemas de liquidez.